

Direcção-Geral da Administração Interna, do Ministério da Administração Interna, a Dra. Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey.

3 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Curriculum vitae (síntese)

1 — Dados pessoais

Nome: Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey.
Data de nascimento: 22 de Outubro de 1973.

2 — Habilitações literárias

– Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
– Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

3 — Carreira profissional

01/06/2007 — Nomeada, em regime de substituição, como titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Assuntos Europeus da Direcção-Geral da Administração Interna, com as competências estabelecidas nas alíneas a) a e) do artigo 5.º da Portaria n.º 341/2007, de 30 de Março.

– Integração no núcleo de definição, orientação, suporte dos trabalhos assumidos pela presidência portuguesa da UE (no segundo semestre de 2007) nas áreas de competências do Ministério da Administração Interna;

– Chefe da Delegação Nacional na Presidência do Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM) do Conselho da EU, e responsável pela organização e negociação da 1.ª Reunião Ministerial Euromed sobre Migrações (19 de Novembro de 2007).

2005-2007 — Requisitada no Ministério da Administração Interna, a exercer funções no Gabinete de Assuntos Europeus, desde de 1 de Junho de 2005:

Responsável pela preparação e coordenação da posição portuguesa, nas relações com a União Europeia e nas relações bilaterais, nos domínios da imigração e asilo, gestão de fronteiras, vistos e livre circulação de pessoas, e da luta contra o racismo e xenofobia. Integração, entre outras, na delegação nacional ao Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e ao Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM).

2001/2005 — Técnica-Superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a exercer funções na Direcção de Serviços das Questões da Justiça e dos Assuntos Internos, de 1 de Novembro de 2001 a 1 de Junho de 2005.

Desempenhou funções de investigação, estudo, concepção e redacção das linhas de orientação, de âmbito geral e especializado, da posição portuguesa nas negociações no Conselho da União no âmbito da cooperação JAI. Elaboração de pareceres sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico comunitário de legislação nacional em preparação, bem como de projectos em negociação no âmbito bilateral e no quadro da CPLP.

2000/2001 — Contratada, em regime de avença, na Presidência do Conselho de Ministros, de 1 de Novembro de 2000 a 30 de Outubro de 2001:

– Assessora da Vice-Presidente do Instituto do Consumidor,
– Assessora Técnica da Comissão do Código do Consumidor, organismo encarregue da redacção de um Código de Direito do Consumo.

1999/2000 — Técnica-Superior contratada a termo certo na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da preparação e exercício da presidência portuguesa do Conselho da UE (no primeiro semestre de 2000), de 15 de Novembro de 1999 a 31 de Julho de 2000:

– Desempenhou funções de análise e acompanhamento de dossiers em discussão no Conselho da UE no quadro da cooperação JAI e elaborou pareceres sobre a compatibilidade da legislação nacional em preparação com o ordenamento jurídico comunitário;

– Integrou a delegação nacional ao Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e a equipa que presidiu ao Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM).

1997/1999 — Advogada-estagiária na sociedade de advogados Jardim, Sampaio, Caldas & Associados — Sociedade Profissional de Advogados, de Outubro de 1997 a Novembro de 1999.

Governo Civil do Distrito de Viseu

Despacho n.º 11606/2008

No uso da delegação de competências constante no Despacho n.º 13731/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho, nomeio, nos termos da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, para Adjunto do meu Gabinete de Apoio Pessoal, Leonel José Antunes Gouveia, licenciado em Ensino de Biologia e Geologia.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 7 de Abril do corrente ano, e as remunerações inerentes serão as constantes do n.º 1, do artigo 4.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2008. — O Governador Civil, *Acácio Santos da Fonseca Pinto*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 12645/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Conceição Lopes Sanches, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 21 de Setembro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12646/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isabel Maria Scheidl Martins, natural de Torres Vedras, República Portuguesa, de nacionalidade alemã, nascida em 28/07/1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

12 Abril de 2008.. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12647/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Gomes, natural de Canchungo, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 24/08/1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12648/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a André Barros, natural de Cacheu, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 25/12/1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12649/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suleimane Sissé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 07/12/1957,

o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12650/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mónica Maria Varela Silva, natural de Caparica, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 07/10/1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12651/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isabel Mariana Lopes, natural de Benguela, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 26/01/1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12652/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Gomes, natural de Canchungo, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 24/08/1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12653/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Novembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nelson José Varela Fernandes, natural de Amora, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 08/04/1985, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12654/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Abril de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António João de Brito, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 10/02/1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

12 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12655/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade por-

tuguesa, por naturalização, a Kenneth Gordon Best, natural de Manchester, Estados Unidos da América, de nacionalidade norte americana, nascido a 13/06/1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

16 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12656/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eduardo Leopoldo Fermé, natural de Buenos Aires, República Argentina, de nacionalidade argentina, nascido a 10/11/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

16 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 11607/2008

I — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e do despacho n.º 10708/2008, da Direcção da Direcção Central de Fronteiras, publicado no *Diário da República* (2.ª série n.º 72 de 11/04/2008), subdelego nos inspectores do Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa, Paulo Jorge Coelho Torres, Maria da Conceição Marra Bértolo, António Novais Carvalho, Amílcar Vicente, Leonel Augusto Robalo Russo, Paula Maria Azevedo Cristina, Ângela Maria Sousa Almeida, Paulo Joaquim Igreja Reis, Emanuel Jesus Zuzarte Mendonça Lopes Cabrita, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos, no âmbito do mesmo Posto de Fronteira:

1. Recusar a entrada em território nacional, nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 23/07, de 4 de Julho, no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa;

2. Conceder vistos de trânsito e de curta duração a cidadãos estrangeiros, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 23/07, de 4 de Julho, no posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa;

3. Anular vistos, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 23/07, de 4 de Julho, no posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa;

4. Decidir sobre a aplicação de coimas previstas na Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (PF001).

5. Formular pedido de trânsito aeroportuário no território de um Estado membro, nos termos do n.º 3 do artigo 174.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho;

6. Proferir decisão de autorização ou recusa de trânsito aeroportuário, nos termos do n.º 1 do artigo 176.º da Lei n.º 23/2007, de 24 de Julho;

II — Ratifico todos os actos que até à data da publicação do presente despacho tenham sido praticados pelos inspectores, Paulo Jorge Coelho Torres, Maria da Conceição Marra Bértolo, António Novais Carvalho, Amílcar Vicente, Leonel Augusto Robalo Russo, Paula Maria Azevedo Cristina, Ângela Maria Sousa Almeida, Paulo Joaquim Igreja Reis, Emanuel Jesus Zuzarte Mendonça Lopes Cabrita e que se enquadrem nos poderes que ora delego.

11 de Abril de 2008. — O Subdirector da Direcção Central de Fronteiras responsável pelo Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa, *Luis Filipe Quelhas*.

Despacho n.º 11608/2008

Lista n.º 30/08

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Abril de 2008, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
José Ermilde Gonçalves Júnior	25-01-80
Leonardo Christiano Monte Alto	25-08-75
Marco Antonio Pereira	04-06-67